

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de janeiro de 2025 às 08h01
Seleção de Notícias

Fator Brasil - Online | BR

Patentes

GreenCare recebe aval da Anvisa para estudo clínico com Extrato de Cannabis	3
--	----------

CANAL

Jota Info | BR

Propriedade Industrial

Juiz limita proteção jurídica a marcas consideradas 'fracas'	4
---	----------

CAROLINA UNZELTE

Lauro Jardim - O Globo Online | BR

Direitos Autorais | Direito de Imagem

Franquia brasileira perde direito de uso da marca Eataly	6
---	----------

LAURO JARDIM

O Globo | BR

15 de janeiro de 2025 | Marco Civil

AGU vê resposta da dona do Facebook com 'grave preocupação'	7
--	----------

ECONOMIA

O Globo Online | BR

Pirataria

Marcas de anabolizantes foram criadas por quadrilha especializada em produtos de fabricação clandestina	9
--	----------

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | JÉSSICA MARQUES

Consultor Jurídico | BR

Propriedade Intelectual

Pequeno guia do litigante de má-fé	10
---	-----------

Sebrae Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

IG das Broas de centeio de Curitiba (PR) é a primeira Indicação Geográfica de 2025	13
---	-----------

GreenCare recebe aval da Anvisa para estudo clínico com Extrato de Cannabis

CANAL

A GreenCare **Pharma** recebeu anuência da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** para condução de pesquisa clínica de produto derivado de cannabis, como parte do desenvolvimento de medicamento fitoterápico. A partir de agora, a empresa poderá avançar no desenvolvimento e produção do primeiro medicamento de extrato de cannabis do país. A anuência foi publicada no Diário Oficial da União do último dia 27 de dezembro (sexta-feira).

De acordo com a regulamentação atual, apenas medicamentos à base de cannabis poderão ser comercializados no Brasil, com um prazo de cinco anos, que expirou em 2024, mas deve ser prorrogado. Durante esse período, as farmacêuticas precisam iniciar estudos clínicos e obter as devidas aprovações da **Anvisa** para comercializar esses produtos no país. | <https://greencarepharma.com.br>

Juiz limita proteção jurídica a marcas consideradas 'fracas'



Em decisão judicial proferida pela 2ª Vara Empresarial e de Conflitos de **Arbitragem** da Comarca de São Paulo, o juiz Guilherme de Paula Nascente Nunes rejeitou o pedido da Eurofarma Laboratórios S/A para exclusividade total do uso da marca "REHIDRAT". A sentença destacou que marcas consideradas "fracas", por serem descritivas ou evocativas da função do produto, têm proteção jurídica limitada.

A ação foi movida pela Eurofarma, detentora do registro da marca "REHIDRAT", utilizada em produtos de reidratação desde 1953. A empresa alegava que a Guessy Industrial Ltda., ao comercializar produtos com o nome "REYDRAT MAIS", praticava concorrência desleal e confundia os consumidores. A requerente solicitou, entre outras medidas, a interrupção da comercialização do produto concorrente, a retirada de mercadorias do mercado e indenização por danos materiais e morais.

Do outro lado, a defesa da Guessy sustentou que a marca "REYDRAT MAIS" remete à funcionalidade do produto e não viola direitos exclusivos, pois os nomes possuem baixa distintividade, além de não utilizarem elementos gráficos ou visuais semelhantes.

Segundo a sentença, embora as marcas sejam foneticamente parecidas, ambas têm caráter evocativo,

remetendo à função do produto - reidratação. Segundo a Lei de **Propriedade** Industrial (LPI), sinais genéricos, comuns ou descritivos, como o termo "REHIDRAT", têm proteção restrita, salvo se apresentarem elementos distintivos evidentes, o que não foi comprovado pela Eurofarma.

A Eurofarma foi condenada ao pagamento de custas e honorários advocatícios, calculados em 10% do valor atribuído à causa, de R\$ 50 mil. Ainda cabe recurso. Procurada, a empresa disse "que se manifestará nos autos do processo".

"A exclusividade conferida ao titular do registro comporta mitigação no tocante às marcas evocativas, devendo a parte suportar o ônus da convivência com outras marcas semelhantes. [...] Não é possível admitir a apropriação em caráter exclusivo de radicais ou afixos que remetam, total ou parcialmente, ao princípio ativo de qualquer medicamento, sob pena de concessão de monopólio reprovável", escreveu o magistrado.

A decisão foi tomada no âmbito do processo 1142370-3 9.2024.8.26.0100.

Precedentes

O juiz também citou decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo que reforçam o entendimento de que marcas fracas, como as que descrevem ou evocam as funções de produtos, devem coexistir no mercado. Em um caso envolvendo a marca "VITASUPRAZ" em 2021, utilizada para um complexo vitamínico, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo concluiu que o termo

Continuação: Juiz limita proteção jurídica a marcas consideradas 'fracas'

não era suficientemente distinto para impedir o uso da marca concorrente "VITAZ", permitindo a convivência entre ambas.

corrente poderia confundir consumidores devido à alta popularidade do produto.

Por outro lado, existem julgados que apontam para interpretações mais rigorosas: o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2011, considerou que a marca "O-MEPRA", relacionada ao medicamento omeprazol, deve ser protegida de uso semelhante, sob o argumento de que, apesar de evocativa, o uso con-

Franquia brasileira perde direito de uso da marca Eataly



Houve muita resistência por parte da loja, mas começou há pouco o processo de retirada da marca.

(Atualização, às 12h34. A assessoria da franqueada enviou a seguinte nota: "Eataly informa que, no que diz respeito ao **direito** de imagem no Brasil, existe uma **arbitragem** em andamento. Ressaltamos que a decisão recente não é definitiva e que o caso encontra-se sob sigilo. O mérito ainda será devidamente julgado pelas instâncias competentes. Reforçamos o nosso compromisso em seguir rigorosamente a legislação e aguardar as decisões judiciais aplicáveis.")

A franquia brasileira da Eataly perdeu em 3 de janeiro deste ano o direito de uso da marca, presente em dez países. De acordo com uma decisão de uma corte arbitral, a franqueada não pode mais usar a marca Eataly no Brasil por descumprir acordos contratuais com a Eataly S.p.A., a detentora italiana da marca. Cabe recurso da decisão.

Aberta em 2015 e apenas com uma unidade no Brasil, na Avenida Juscelino Kubitschek, em São Paulo, a Eataly Brasil pertencia inicialmente ao grupo SouthRock, que também administrava o Subway e a Starbucks no país. Mas a SouthRock entrou em recuperação judicial e conseguiu vender os direitos sobre a franquia da Eataly para o fundo de investimentos Wings.

Como a franqueada não cumpriu a determinação de não usar mais o nome da Eataly em sua loja, oficiais de Justiça foram acionados para que a ordem judicial fosse cumprida - o que está sendo feito neste momento.

AGU vê resposta da dona do Facebook com 'grave preocupação'

ECONOMIA



Empresa ressalta que fim da checagem de fatos só vale para os EUA, mas flexibilização dos filtros sobre discurso de ódio é global

JULIANA CAUSIN E SARAH TEÓFILO

economia@oglobo.com.br

SÃO PAULO E BRASÍLIA

No fim da noite de segunda-feira, a Meta enviou sua resposta aos questionamentos da Advocacia-Geral da União (AGU). Em tom mais ameno do que o usado pelo CEO Mark Zuckerberg na semana passada, a dona do Instagram, Facebook e Threads disse estar "comprometida em respeitar os direitos humanos". E afirmou que as mudanças feitas nas regras de discurso de ódio e na moderação de conteúdo visam um "equilíbrio" entre liberdade de expressão e segurança.

A AGU, que havia dado prazo de 72 horas para a empresa responder à notificação, considerou que trechos do documento "causam grave preocupação".

Sobre a substituição da checagem independente de fatos pelo sistema de Notas da Comunidade, já usado

abpi.empauta.com

pelo X, a Meta ressaltou que isso só será feito, por enquanto, nos Estados Unidos. Lá, o novo sistema será testado antes de ser levado a outros países. Segundo a empresa, ele permitirá "empoderamento" dos usuários, "que decidirão quando postagens são potencialmente enganosas e precisam de mais contexto, reduzindo o risco de vieses nas decisões de moderação de conteúdo."

Na semana passada, Zuckerberg disse que os checadores eram "politicamente tendenciosos".

"Esperamos publicar mais informações sobre como as Notas da Comunidade funcionarão, incluindo os nossos planos para quaisquer relatórios de transparência relacionados à sua utilização", afirma o documento, ao qual O GLOBO teve acesso, sobre a substituição do programa de verificação independente.

'VIOLAÇÕES DE DIREITOS'

Mas as outras medidas anunciadas pela Meta, como a redução dos filtros automatizados para derrubar postagens e a volta da recomendação de conteúdo político pelos algoritmos, são válidas para todos os países. A AGU entende que a alteração na checagem é grave porque "pode representar terreno fértil para violação da legislação e de preceitos constitucionais que protegem direitos fundamentais" dos brasileiros, além de ter o "potencial efetivo de permitir graves violações de direitos humanos no país."

O órgão ressaltou ainda que as explicações prestadas contrariam informações fornecidas pela própria empresa ao Supremo Tribunal Federal (STF), durante a discussão do **Marco** Civil da Internet.

"Representantes da empresa asseguraram que as então políticas de governança de conteúdo eram su-

Continuação: AGU vê resposta da dona do Facebook com 'grave preocupação'

ficientes para a proteção dos direitos fundamentais dos usuários. No entendimento da AGU e de ministérios que atuam no tema, os atuais termos de uso das plataformas, assim como as mudanças informadas agora pela Meta, não estão adequados à legislação brasileira e não são suficientes para a proteção dos direitos fundamentais da cidadania", afirmou a AGU.

Entre as mudanças feitas pela Meta que são válidas para o Brasil está a permissão para "alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, considerando discursos políticos e religiosos."

DAVID PAUL MORRIS / BLOOMBERG / 25-5-2024

Mudança. O CEO da Meta, Mark Zuckerberg, criticou "viés político" de checadores ao anunciar fim da verificação sobre transgenerismo e homossexualidade. Ou seja, a empresa permitirá, em suas redes sociais, que usuários associem doenças mentais a pessoas LGBTQIA+.

Sobre esse ponto, a Meta alega que o objetivo da atualização é "garantir maior espaço para a liberdade de expressão". E argumenta que as novas regras sobre discriminação procuram "permitir um debate mais amplo e conversas sobre temas que são parte de discussões em voga na sociedade", ressaltando não ter alterado as normas para raça, etnia e religião.

Repetindo o que disse Zuckerberg na semana passada, a Meta afirma que, ao longo do tempo, as regras que usava se tornaram exageradas, "limitando o debate político legítimo".

A empresa afirma estar "comprometida em respeitar

os direitos humanos e seus princípios subjacentes de igualdade, segurança, dignidade, privacidade e voz." E diz que suas políticas visam "dar voz às pessoas; servir a todos; promover oportunidades econômicas; viabilizar que as pessoas se conectem e construam comunidades; manter as pessoas seguras e proteger a privacidade."

AGU FARÁ AUDIÊNCIA

Ainda sobre a flexibilização dos limites para discurso de ódio, a Meta assegura que continuará a remover desinformação "quando houver a possibilidade de ela contribuir diretamente para risco de lesão corporal iminente" ou "interferir diretamente no funcionamento de processos políticos, como eleições e censos." Na resposta à AGU, a empresa fala ainda da decisão de ajustar os filtros que removem conteúdo, uma mudança válida para todos os países. Ela afirma que esses filtros vão se concentrar em "violações de alta gravidade, como terrorismo, exploração sexual infantil, drogas, fraudes e golpes" e ressalta ter canais para denúncias. "Estamos comprometidos a informar e a sermos transparentes com a comunidade sobre quaisquer futuras mudanças relevantes que possam acontecer", conclui.

A AGU fará uma audiência pública para discutir os efeitos da nova política da Meta. Inicialmente prevista para amanhã, a audiência foi adiada para a semana que vem. Serão convidados a participar órgãos governamentais e entidades da sociedade civil que lidam com o tema das redes sociais, além de especialistas, acadêmicos e representantes das agências de checagem, segundo o órgão.

}



Pequeno guia do litigante de má-fé

A litigância de má-fé é um

Opinião Pequeno guia do litigante de má-fé

A litigância de má-fé é um "esporte" praticado com constância nos tribunais (judiciais, arbitrais e administrativos) Brasil afora. Ao longo do tempo, tal forma de estabelecer conflitos tem atraído adeptos, até mesmo pela leniência com a qual eventual sanção (a) ao abuso [1] do direito de petição (artigos 79-81 do CPC) - lides individuais; ou (b) pelo desvio de finalidade macro do acesso aos poderes públicos (artigo 5º, XXXV, a, da CRFB e artigo 36, parágrafo 3º, XIV e XIX da Lei 12.529/2011) por direitos de **propriedade** intelectual - sham litigation; é aplicada pela autoridade competente.

Se fosse possível sintetizar um decálogo de tal tradição, algumas estratégias poderiam ser corriqueiramente constatadas. São elas:

(1) Fórum shopping: busque um juízo desespecializado [2], sem qualquer vínculo territorial com a sede do réu ou a execução da obrigação (de preferência ignore-se o disposto no artigo 63, parágrafos 1º e 5º do CPC). A fuga pelo juízo natural pode gerar "dividendos" como a maior extensão da demanda ou a tecnicidade da decisão.

(2) Segredo de justiça: o Princípio Republicano é supervalorizado, assim como o é o princípio da publicidade inscrito no artigo 93, IX da CF/88. Finja-se que a doutrina de Geraldo Ataliba [3] em prol da transparência jamais existiu. Nada melhor do que esconder um debate de interesse público do escrutínio da luz do Sol. Se houver razão para publicidade, aproveite o ensejo e acuse alguém de violação de dever funcional de sigilo (artigo 325 do CP). Tal estratégia tem ainda a vantagem de evitar intervenções de terceiros, já que será impossível adivinhar o contexto litigioso. Com isso, evita-se o incômodo debate público, pilar da modernidade política, e a desnecessária ampliação cognitiva dos litígios; afinal, o autor sabe que trouxe ao juízo todo o

necessário.

Spacca

(3) Valor da causa: como a empreitada é aventureira, brinque com o valor mais baixo que a alçada comportar. Assim, eventual sucumbência minimizará os ônus processuais e honorários advocatícios ao vitorioso.

(4) Pareceres jurídicos e técnicos: contrate profissionais que não entendam do assunto específico, mas que contam com excelente reputação em área diversa da litigada. Por vezes, o empréstimo reputacional - e a abrangência das redes da casta que conta com um "timbre de impacto" - será mais relevante do que o domínio temático. Prevalece o argumento da autoridade à autoridade do argumento. Sempre há quem queira fazer operações plásticas-estéticas com açougueiros e mentorias com gurus.

(5) Entulhos documentais: anexe a maior quantidade de "papéis" possível. Esconda, no meio das milhares de páginas, um ou outro documento pertinente, de modo que o ex adverso perca horas analisando material inútil. Isso ajuda a encarecer a demanda, a tornar o trâmite processual mais lento, conferir ao litígio uma aparência de verossimilhança e, por fim, a encarecer os honorários de eventual perito. Os estadunidenses chamam tal tática de trial by avalanche: uma avalanche de inutilidades para atravancar o feito. Dito de outra forma, se não tiver razão, ao menos dê uma boa canseira ao seu adversário.

(6) Ataques pessoais aos representantes e aos órgãos imparciais: muito além das imputações que partes fazem umas às outras, há quem destile suas acusações para os advogados, magistrados, peritos e árbitros. Se a derrota parecer iminente, majore a falta de urbanidade a adoção de argumentos ad hominem. Técnicas intimidatórias de toda sorte são objeto de aplicação, em especial envolvendo a grande im-

prensa [4].

(7) Linguagem agressiva: se a dialética processual for respeitosa, é mais difícil que o adversário emule a mesma estratégia que o postulante. De outro lado, com a invecção se tornando ofensa, é provável que o nível discursivo descambe para uma falsa luta sem regras e de estética duvidosa: espécie de vale tudo ensaiado. A raiva linguística contaminará a todos e a raiva tem péssima dicção. Há outra agressividade que é, na mesma medida que violenta, brega. Trata-se da tentativa de advogados contemporâneos insistirem em tentar emular ironia de advogados consagrados do passado, acreditando-se dignos da ironia machadiana ou do sarcasmo de Nelson Rodrigues. Daqueles advogados e destes escritores, nada fica além de um pastiche digno de pena.

(8) O interesse de agir é algo frívolo: trate a noção de ameaça ao direito como regra e faça uso da ação judicial preventiva para obstar a continuidade de qualquer processo administrativo que possa prejudicar seu cliente. Combine pedidos declaratórios preventivos com o "primeiro mandamento" do litigante de má-fé (fórum shopping) e evite o juízo natural além de uma solução desfavorável. Outrossim, invente condutas típicas: tente requerer abertura de inquéritos ou iniciar ações penais - dessas que até o estudante do segundo semestre já sabe que não darão em nada. No máximo, renderão notas na imprensa de qualidade duvidosa. Lembremos: as estratégias de nosso decálogo não são mutuamente excludentes; ao contrário, the more the merrier!

(9) Procrastine: na hipótese de a solução meritória não aparentar promissora, retarde o andamento do feito com todas as técnicas que o desvio de função do sistema processual lhe permita. Embargos de declaração infundados, recursos sucessivos que apenas repetem as mesmas fundamentações, enfim, tudo o que possa colocar o próprio sistema processual brasileiro em descrédito.

(10) Tutelas de urgência: mire nas tutelas não exau-

rientes contra o concorrente, em particular antes do trio actum personarum estar formado, valendo-se do segredo de justiça ("mandamento segundo") para que o demandado só conheça a causa quando já houver uma tutela a seu desfavor. Se a tutela mal concedida durar suficiente tempo, é bem possível que o concorrente vá à bancarrota antes do final do processo. Concentra-se o mercado com o esteio em ilegítima decisão de abstinência/inibitória.

O decálogo aqui ventilado é meramente ilustrativo. A criatividade humana sempre aglutina algum estratagem combinatório inovador. Quando quem tem o poder decisório age com caridade ou piedade [5] para com o protagonista da malversação do direito processual, maiores são as chances de tais desvios se tornarem comuns. Segue à risca o preceito evangélico: "Peçam, e lhes será dado. Procurem, e encontrarão. Batam, e lhes será aberto. Pois todo aquele que pede, recebe, quem procura encontra, e a quem bate se abrirá" (Mt 7, 7-8).

[1] "A doutrina é, pois, uma verdadeira repulsa á chicana" AMERICANO, Jorge. Do Abuso do Direito no Exercício da Demanda. 2ª Edição, São Paulo: Saraiva, 1932, p. 41.

[2] "Quando os juízes tentam tomar a decisão que produzirá os "melhores resultados"; mas não dispõem de nenhum conjunto organizado de conhecimentos ao qual possam recorrer, são obrigados a confiar em suas intuições" POSNER, Richard Allen. A problemática da Teoria Moral e Jurídica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012, p. 405.

[3] ATALIBA, Geraldo. República e Constituição. 2ª edição, 3ª triagem, São Paulo: Malheiros Editora, 2001, p. 29.

[4] "Todas as gazetas juntas compõem a história do mundo, e seus leitores, que não sabem as coisas com detalhe (e eles são a maioria), acreditam, para estarem informados de tudo, em tudo o que elas reportam. Os personagens ali descritos tornam-se seus

Continuação: Pequeno guia do litigante de má-fé

heróis, e constroem uma péssima Impressão dos que são representados como injustos fraudulentos como carecem de notícias que as contradigam, essas ideias que eles tomam como verdadeiras ficam esculpidas em suas memórias" CASANOVA, Giacomo. O Duelo. Traduzido por Dênnys Vinícius Menezes. São Paulo: Grua Livros, 2019, p. 78.

[5] "O julgamento será o mesmo, em se tratando de amigos ou de inimigos, de poderosos ou de miseráveis, de ricos ou de pobres. Todos aqueles aos quais se aplica a mesma regra devem ser tratados da mesma forma, sejam quais forem as conseqüências.

A máquina não tem paixões; não se pode nem intimidá-la, nem corrompê-la, nem, aliás, despertar-lhe a piedade. Dura lex, sed lex. A regra é a igualdade, ou seja, a permutabilidade dos indivíduos sujeitos à justiça; suas particularidades não serão levadas em consideração senão na medida em que a lei as torna uma condição de sua aplicação" PERELMAN, Chaïm. Ética e Direito. 2ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 69.

Pedro Marcos Nunes Barbosa Georges Abboud

IG das Broas de centeio de Curitiba (PR) é a primeira Indicação Geográfica de 2025



Por André Luiz Gomes

Com mais de 150 anos de história, as broas de centeio de Curitiba (PR) e região receberam, nesta terça-feira (14), o registro de **Indicação** Geográfica (IG) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). O reconhecimento na modalidade de Indicação de Procedência é o primeiro concedido a um produto de panificação no Brasil. Com a publicação, passam a ser 126 IGs brasileiras reconhecidas no país, sendo 97 por Indicação de Procedência e 29 por **Denominação** de Origem - além de outras 10 estrangeiras.

O registro engloba os municípios de Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais e Piraquara. A receita das broas acompanhou a formação e o desenvolvimento do Paraná e, mais especificamente, de Curitiba, com base nas origens dos imigrantes europeus.

Broa de centeio conquista reconhecimento pelo **INPI**

"As **Indicações** Geográficas têm um papel de fortalecer a reputação e promover a abertura de novos mercados para os produtos das regiões reconhecidas, o que passa a acontecer com as broas de centeio de Curitiba. Os pequenos negócios de panificação da região serão protagonistas na proteção desse patrimônio e na garantia da qualidade de um produto

tradicional com possibilidades de maior retorno para todos os envolvidos na sua produção e comercialização", comentou a coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae, Hulda Giesbrecht. "É uma forma de ter mais valor agregado, além de promover a geração de empregos na região", completou.

Como é produzido?

A broa é um pão obtido por meio da combinação de farinhas de centeio e trigo, com a adição de água e sal, resultado do processo de fermentação e cocção, podendo ter outros ingredientes como açúcares, gorduras e fermento biológico. O produto passou de um alimento simples e hoje é um patrimônio da capital paranaense. Há registros de que ele foi oferecido a visitantes ilustres como o Imperador do Brasil Dom Pedro II, no século XIX, e ao Papa João Paulo II, no século passado.

Mesmo sendo um produto tradicional, as broas de centeio de Curitiba passaram por transformações. Durante mais de um século e meio, as receitas e processos de produção se adaptaram à disponibilidade de farinhas, fermentos, às alterações nos processos de produção de pão, à legislação e às demandas dos consumidores.

"O produto também ganhou, ao longo dos anos, relevância cultural e econômica, ocupando um espaço de destaque na identidade gastronômica e no imaginário coletivo da cidade, aspectos que contribuíram para a concessão da IG", destaca o comunicado do **INPI**.

Indicações Geográficas

As **Indicações** Geográficas (IG) são ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Elas possuem

Continuação: IG das Broas de centeio de Curitiba (PR) é a primeira Indicação Geográfica de 2025

duas funções principais: agregar valor ao produto e proteger a região produtora.

O sistema de **Indicações** Geográficas promove os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intransferível. Essa herança abrange vários aspectos relevantes: área de produção definida, tipicidade,

autenticidade com que os produtos são desenvolvidos e a disciplina quanto ao método de produção, garantindo um padrão de qualidade. Tudo isso confere uma notoriedade exclusiva aos produtores da área delimitada.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 9

Propriedade Industrial

4

Arbitragem e Mediação

4

Direitos Autorais | Direito de Imagem

6

Marco Civil

7

Pirataria

9

Propriedade Intelectual

10

Denominação de Origem

13

Marco regulatório | INPI

13